



## MP que repassa R\$ 55 bi da União ao BNDES está na pauta

Medida que autoriza o Tesouro a conceder crédito ao banco perderá a validade se não for votada pelo Plenário até 1º de julho

Um reforço no caixa do BNDES de até R\$ 55 bilhões, que seriam emprestados pela União, é o tema da Medida Provisória 526/11, que tranca a pauta do Plenário a partir da sessão de amanhã. Se não for votada pelo Senado até o dia 1º de julho,

perderá a validade.

A MP sofreu emendas na Câmara dos Deputados (recebendo o nome de PLV 16/11) e, além do crédito do Tesouro, amplia para R\$ 75 bilhões os recursos destinados aos financiamentos do BNDES até 30 de junho de 2012. **3**



Movimentação de carga no Porto de Vitória: medida estimula modernização industrial para aumentar exportação

Jonine Moraes/SEP

## CRA ouve alerta sobre risco sanitário no Norte

Em debate sobre a erradicação da febre aftosa promovido pela CRA em Ji-Paraná (RO), especialista em defesa agropecuária adverte que obras do PAC

na região Norte, como rodovias e hidrovias que ligarão o Brasil a outros países da América do Sul, podem ser portas de entrada para pragas e doenças. **4**



Regina Sugayama foi uma das convidadas para a audiência pública em Ji-Paraná, que teve a presença dos senadores Ivo Cassol (3º à esq.) e Acir Gurgacz

## Ana Amélia comemora fim de subsídio americano

Senadora avaliou que a decisão do Senado norte-americano de eliminar subsídio ao álcool combustível e tarifa sobre o produto importado beneficia a produção brasileira. **3**

## Mozarildo pede ajuda federal contra doenças em Roraima

As enchentes levaram o senador a pedir uma força-tarefa do Ministério da Saúde contra a dengue, a malária e a leptospirose que se espalham quando as chuvas diminuem e os rios baixam. **3**

Paim quer ampliar opção para crédito consignado **3**

Novos incentivos para construção de casas populares **4**

Morre no MA o deputado Luciano Moreira **2**

Vítima de acidente de carro na noite de quinta-feira, Luciano Moreira recebeu homenagens no Senado



Gustavo Lima/CD

Universidades com mais mestres e doutores **4**

Subcomissão vota reforma administrativa **3**

No requerimento em que solicitou o envio de voto de pesar, Sarney afirma que o Maranhão perdeu um "homem público que deixa exemplo de trabalho e dedicação"

# Deputado Luciano Moreira morre em acidente no MA

EM MEMÓRIA DO deputado federal Luciano Moreira (PMDB-MA), que faleceu em acidente de carro na noite de quinta-feira, aos 58 anos, o Senado suspendeu a sessão plenária de sexta-feira. Também foi aprovado voto de pesar e o envio de condolências à família e ao estado do Maranhão.

O requerimento, de iniciativa do presidente do Senado, José Sarney, foi subscrito por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Ana Amélia (PP-RS), que presidia a sessão. No pedido, Sarney destacou que o Maranhão perdeu um "homem público que deixa exemplo de trabalho e dedicação".

Economista, Luciano Moreira nasceu no Ceará, mas consolidou a carreira política no Maranhão. Ele estava no primeiro mandato na Câmara, tendo sido o quarto deputado mais votado no estado em 2010. Na Câmara, ocupava o cargo de vice-presidente da Comissão de



Luís Lopes/CD

Luciano Moreira exercia o primeiro mandato na Câmara dos Deputados Finanças e Tributação.

Luciano Moreira foi secretário estadual no Ceará, em Roraima e no Maranhão, nas pastas de Planejamento, Educação e Administração. De acordo com a senadora Ana Amélia, a biografia do deputado revelava importante contribuição para diferentes estados e também suas qualidades como homem público. Já Mozarildo lamentou a morte precoce do parlamentar.

## "Exemplo de correção e honradez"

O presidente do Senado, José Sarney, divulgou nota lamentando a morte do deputado Luciano Moreira (PMDB-MA), que sofreu um acidente de carro na noite de quinta-feira em seu estado. Veja a seguir a íntegra da nota:

### Nota de pesar pelo deputado federal Luciano Moreira

Com grande pesar, recebi a notícia do falecimento trágico do deputado federal Luciano Moreira. À família deste grande brasileiro, exemplo de correção e honradez, estou solidário na dor, participando com minha amizade. Cearense de nascimento, Luciano Moreira contribuiu com o desenvolvimento de seu estado, de Roraima e do Maranhão, ocupando o cargo de secretário de Administração.

No Maranhão, integrou a equipe dos governos de Roseana e comandou a execução de uma importante reforma administrativa, modernizando e dando mais agilidade à máquina do estado.

Em seu primeiro mandato como deputado federal, destacava-se pela competência e despontava como um dos grandes nomes do Parlamento. Com sua partida tão precoce, perdemos o Maranhão e o Brasil. O seu último gesto de vida foi participar de um congresso nacional de procuradores, com sua competência e colaboração. E neste evento, fechou suas palavras dizendo ser o Maranhão sua terra de adoção, de alma e do seu amor.

Encaminhei ao Senado um voto de pesar, e me junto ao povo maranhense neste momento de grande tristeza.

**José Sarney**  
Presidente do Senado Federal

## Comissão debate defesa civil em Manaus

A criação de uma rubrica específica para o apoio das Forças Armadas no atendimento em caso de calamidades é uma das principais propostas apresentadas na audiência pública sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, realizada na sexta-feira, em Manaus. Os participantes do encontro apontaram, entre os maiores problemas da defesa civil, a falta de investimento em prevenção e a demora na liberação de recursos quando acontecem catástrofes.

– Temos que extirpar a burocracia que marca o setor de atendimento às vítimas de acidentes naturais – disse o senador Jorge Viana (PT-AC), presidente da Comissão Temporária de Defesa Civil.

A terceira audiência pública do colegiado foi realizada na sede da Assembleia Legislativa do Amazonas e reuniu representantes da defesa civil dos estados da região Norte.

Também estiveram presentes Inácio Arruda (PCdoB-CE), vice-presidente da comissão; Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator; Eduardo Braga (PMDB-AM) e João Pedro (PT-AM). Participaram ainda do encontro o governador do estado do Amazonas, Omar Aziz, e o vice-governador, José Melo, além de deputados estaduais.

### Peculiaridades

As peculiaridades climáticas da região também foram discutidas na audiência. Dos 449 municípios da região Norte, 149 enfrentam atualmente algum tipo de ameaça climática, como secas, enchentes ou terras caídas, o que ocasiona desmoronamentos.

Casildo Maldaner chamou a atenção para a importância de se conhecerem as peculiaridades de cada região.

– Nosso país tem uma diversidade climática muito grande.

Temos que atentar para isso, investindo numa política de defesa civil eficaz e permanente – destacou.

Por sua vez, João Pedro falou sobre as diferentes demandas entre as regiões do país, ressaltando a importância de um fundo que garanta recursos para atendimento imediato.

Inácio Arruda lembrou a necessidade de liberar verbas destinadas ao atendimento em caso de calamidades. Eduardo Braga classificou os fenômenos naturais que ocorrem no Amazonas a cada seis meses como fatores previsíveis, mas lamentou que os governos estaduais não tenham gente suficiente para conter os problemas.

A Comissão Temporária de Defesa Civil, que já promoveu audiências públicas em Florianópolis e no Rio de Janeiro, tem agendadas reuniões em Recife e em Campo Grande.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Segunda-feira

### Plenário Edição da Bíblia

11h Sessão especial para comemorar a impressão da centésima milionésima Bíblia pela Sociedade Bíblica do Brasil.

### CDH Regras para combustível

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública para discutir uma proposta de regulamentação de combustível e biocombustível no Brasil.

## Terça-feira

### Plenário Homenagem à Rede Vida

14h Sessão especial comemora 16 anos da Rede Vida de Televisão.

### CAS Trabalho em ferrovias

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais promove debate sobre o trabalho nas empresas ferroviárias.

### CAE Simples Nacional

10h A Comissão de Assuntos Econômicos se reúne para analisar, entre outros, projeto que permite a adesão ao Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte fabricantes de bebidas não alcoólicas.

## CE Seguro-desemprego

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa vários projetos, entre eles o que estabelece seguro-desemprego para artistas, músicos e técnicos em espetáculos.

## CDR Estatuto da Cidade

14h Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo discute, entre outros, projeto que altera critérios de classificação dos espaços urbano e rural.

## Reforma Regulamento Administrativo

18h30 Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa analisa o parecer do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ao Projeto de Resolução 96/09, que altera o Regulamento Administrativo do Senado.

## Quarta-feira

### CDH Violência no campo

9h Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove debate sobre a violência rural no Pará, Amazonas, Rondônia e Acre.

### CCJ Reforma política

9h A Comissão de Constituição e Justiça analisa propostas de emenda à Constituição e projetos de lei sugeridos pela comissão especial que estudou a reforma política.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao) – Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º vice-presidente:** Marta Suplicy  
**2º vice-presidente:** Wilson Santiago  
**1º secretário:** Cicero Lucena  
**2º secretário:** João Ribeiro\*  
**3º secretário:** João Vicente Claudino  
**4º secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes de secretário:** Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Ana Amélia

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

## Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
**Reportagem:** Cíntia Sasse  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

**Site:** [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
**Tel.:** 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920**

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

\* Licenciados



Ana Amélia: medida dos Estados Unidos beneficiará etanol brasileiro

## Ana Amélia elogia decisão sobre álcool

Ana Amélia (PP-RS) comemorou na sexta-feira, em Plenário, a emenda aprovada pelo Senado dos Estados Unidos que elimina subsídio ao álcool americano e tarifa sobre o produto importado, regras que dificultam a entrada do combustível brasileiro no país. De acordo com a senadora, o Brasil deverá ser beneficiado se a proposta, que ainda precisa ser aprovada pela Câmara daquele país, entrar em vigor.

– É um sinalizador muito importante no momento em que o déficit americano assume uma proporção muito grande. E isso, de certa forma, vai ajudar muito o setor produtivo brasileiro, já que o álcool verde e amarelo é muito mais competitivo – disse Ana Amélia, ao explicar que a cana-de-açúcar, matéria-prima usada no Brasil para produzir álcool, é mais eficiente do ponto de vista produtivo do que o milho, usado nos Estados Unidos.

Ana Amélia também criticou o alto grau de endividamento dos estados e municípios com a União. Segundo disse, isso fragiliza o princípio federativo, gerando uma situação de permanente dependência dos entes federados em relação ao governo federal.

Ela mencionou a situação do Rio Grande do Sul que, de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, encerrou o exercício financeiro de 2010 devendo R\$ 43,4 bilhões à União. Na avaliação da senadora, essa situação inviabiliza investimentos do governo local.

União destinou créditos de R\$ 55 bilhões e aumentou em R\$ 75 bilhões o total de recursos para financiamentos do banco a projetos com subvenção federal

# MP que reforça o caixa do BNDES na pauta do Plenário

A MEDIDA PROVISÓRIA que aumentou o volume e a capacidade de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tranca a pauta do Plenário e deve ser votada pelo Senado até o dia 1º de julho. Caso contrário, perderá a validade.

Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 16/11), a MP 526/11 autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 55 bilhões ao banco e amplia para R\$ 75 bilhões os recursos destinados aos financiamentos do BNDES por ela subvencionados, nas operações contratadas até 30 de junho de 2012.

Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o limite global para as subvenções econômi-

cas do banco passa, dessa forma, para R\$ 209 bilhões. Quanto ao crédito de R\$ 55 bilhões, é destinado a financiar a maior parte do orçamento de desembolsos do banco em 2011.

De acordo com o Executivo, a medida provisória é necessária para aumentar os investimentos em inovação e modernização do parque produtivo e, dessa forma, ampliar a capacidade competitiva das empresas brasileiras. Por esse motivo, terá reflexos positivos na renda e no emprego, consolidando a recuperação da economia brasileira.

Pelo texto final aprovado na Câmara dos Deputados, a subvenção econômica concedida ao BNDES será feita sob a

modalidade de equalização das taxas de juros.

## Bens de capital

A subvenção destina-se à aquisição de produção de bens de capital – incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados –, à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de granéis líquidos e a projetos de engenharia e inovação tecnológica. Para essas operações, o volume de financiamentos subvencionados pela União é de R\$ 208 bilhões.

O projeto beneficia ainda a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com recursos que chegam a R\$ 1 bilhão.



Mozarildo denunciou ameaças de morte a Flamarion Portela

## Mozarildo alerta para epidemias após as chuvas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ao Ministério da Saúde que envie a Roraima uma força-tarefa para ajudar a combater as doenças causadas pelas enchentes no estado. O parlamentar, que é médico, chamou a atenção para o aumento de casos de doenças como dengue, malária e leptospirose, justamente nessa época em que as chuvas começam a diminuir e os rios a baixar.

– Peço a toda a população para que fique alerta e, ao primeiro sintoma de qualquer problema, procure um médico ou posto de saúde para que possa ser atendido – avisou Mozarildo.

O parlamentar também registrou notícias dos jornais roraimenses de sexta-feira, denunciando as ameaças de morte que vêm sendo feitas ao deputado estadual Flamarion Portela (PTC), ex-governador do estado e marido da senadora Ângela Portela (PT-RR).

Segundo o senador, as tentativas de intimidação a Flamarion devem-se às denúncias que o deputado vem fazendo com relação ao que Mozarildo chamou de “falcatruas e roubos” do governador Anchieta Júnior.

– Dá pena ver a malvadeza dessas pessoas em querer roubar de qualquer forma e em qualquer lugar – afirmou Mozarildo, ao lembrar que, na campanha eleitoral de 2010, também recebeu ameaças de morte.

Mozarildo lembrou que o atual governador de Roraima já teve o mandato cassado, mas ainda permanece no cargo devido a uma liminar.



Exportações no porto de Paranaguá (PR): Executivo diz que medida amplia a capacidade competitiva das empresas brasileiras

## Projeto estende crédito consignado aos carentes

Quem recebe da Previdência Social o benefício de prestação continuada (BPC) pode passar a ter direito de contratar empréstimo consignado – modalidade de crédito que hoje favorece os servidores públicos e aposentados com juros mais baixos para desconto em folha de pagamento das parcelas. É o que prevê projeto (PLS 27/06) do senador Paulo Paim (PT-RS) a ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira.

O benefício equivale a um salário mínimo mensal pago aos idosos com mais de 65 anos e às pessoas com deficiência incapacitadas de sobreviverem sozinhas ou serem subsidiadas pelas famílias. É de caráter assistencial e independe de exercício



Paim: proibição exclui do mercado de consumo quem recebe o BPC

de trabalho atual ou anterior. Basta comprovar renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo para se habilitar junto à Previdência Social.

Para Paim, o impedimento hoje existente mantém os recebedores do benefício ainda mais alijados do mercado de consumo e excluídos das vantagens proporcionadas pela concessão de crédito em folha de pagamento. Ele também argumenta que, embora o BPC seja de valor relativamente baixo, está alinhado aos ganhos da maior parte dos segurados da Previdência Social.

Para evitar o comprometimento da renda, o texto limita em 30% sobre o valor do benefício o desconto mensal a ser destinado ao pagamento das parcelas do crédito. Na prática, impõe ao grupo a mesma regra aplicada hoje aos segurados da Previdência e servidores.

## Isenção fiscal para equipamentos hospitalares

Equipamentos hospitalares que não possuem similares nacionais poderão ser importados com isenção de diversos impostos e contribuições. A medida será analisada amanhã, às 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo.

O projeto de Delcídio do Amaral (PT-MS) já foi aprovado pela CAS. Na CAE, o parecer do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), é favorável à proposta (PLS 81/09), com emenda de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que estende a isenção a partes e peças de reposição.

Outra proposta (PLS 318/09) que aguar-



Inácio Arruda

da decisão terminativa da CAE é a que vincula o investimento das receitas decorrentes da Taxa de Serviços Administrativos da Superintendência da Zona Franca de Manaus aos estados onde foi feita a arrecadação.

A criação de um adicional por risco de vida para servidores públicos da área de segurança também deve ser apreciada pela CAE. O relator do PLS 173/08, Inácio Arruda, é favorável à matéria. Se aprovado na comissão, o projeto de Paulo Paim (PT-RS) será encaminhado à apreciação terminativa da CCJ.

## Reforma administrativa em exame amanhã

A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa analisa, amanhã, às 18h30, projeto de resolução (PRS 96/09) que altera o Regulamento Administrativo do Senado. O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), apresentou outro texto com base nas contribuições recebidas de senadores e técnicos do Senado e de outras instituições. O relatório buscou priorizar as atividades-fim da Casa.

– Todo o esforço foi empreendido na construção de um ambiente de convergência – disse Ferraço.



Ricardo Ferraço

Pelo parecer, o número de funções comissionadas, que hoje somam 2.072, passa a ser de 1.129 – o relatório inicial estabelecia 914.

O relator também reforçou o controle sobre os órgãos do Senado em assuntos administrativos, orçamentários e funcionais, concentrando as decisões sobre esses temas em um colegiado, cuja presidência caberia ao 1º secretário da Casa.

Ainda de acordo com o relatório, os gabinetes dos senadores poderão ter até 55 funcionários comissionados. Atualmente, esse número é de 79.

Em debate organizado pela CRA em Ji-Paraná (RO), consultora em defesa agropecuária lembra que rodovia ligando o Acre ao Pacífico e hidrovias entre Equador e Manaus podem ser portas de entrada para novas pragas

## Obras do PAC na região Norte oferecem risco sanitário, adverte especialista

OBRAS DO PROGRAMA de Aceleração do Crescimento (PAC) previstas para a região Norte – e que ligarão o Brasil a outros países da América do Sul –, como a rodovia que ligará o Acre ao oceano Pacífico, oferecem risco sanitário que pode gerar perda de mercado de exportação de produtos agropecuários.

O alerta é de Regina Sugayama, consultora da Rede de Inovação Tecnológica para Defesa Agropecuária, que participou na sexta-feira de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizada em Ji-Paraná (RO). O encontro discutiu o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa e ameaças fitossanitárias para o Brasil, especialmente nas regiões de fronteira.

Sugayama argumentou que a rodovia fará com que a cordilheira dos Andes deixe de ser uma barreira natural para a entrada de pragas. Ela também lembrou a hidrovia ligando o Equador a Manaus para importação de hortaliças, além de outras obras, como pontes e rodovias que farão a ligação com as Guianas, ressaltando que o trânsito de pessoas vai aumentar.

– Não somos contra as obras, mas se 30 pessoas passam por segundo em alguma fronteira, trazendo sementes, mudas ou produtos contaminados, é fundamental que Rondônia trabalhe a educação sanitária para que a população entenda o problema. Com as obras do PAC, o Brasil está aumentando a probabilidade de entrada de várias pragas – alertou.

Sugayama observou que, desde 1995, existem relatos de entrada de pragas sanitárias no Brasil por meio da importação de produtos agrícolas ou trazidos pelas pessoas através das fronteiras secas com países da América do Sul que receberam imigrantes do Sudeste Asiático.

Ela assinalou que essas pragas geram um grande custo para manejá-las e o uso de novos tipos de defensivos que podem causar impacto ambiental imprevisível. Além disso, a ocorrência de novas pragas pode gerar, para o Brasil, perda de mercado no exterior.



Regina Sugayama, ao lado de Ivo Cassol e Acir Gurgacz (C), alerta que pragas têm um alto custo econômico e ambiental

O fiscal agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura de Rondônia Fernando Soares Pinto disse que só a educação sanitária poderá conscientizar o pecuarista para erradicar a febre aftosa. Ele lembrou que

auditoria feita no ano 2000 pelo Ministério da Agricultura constatou que Rondônia havia saído da zona de alto risco para médio risco em relação à doença. O fiscal assinalou que 76% do gado abatido no estado é vendido no

centro-sul brasileiro.

– Erradicamos a doença em Rondônia. Em maio de 2003, a OIE (Organização Mundial de Saúde Animal, na sigla em inglês) declarou o estado “zona livre de febre aftosa” – afirmou.

### Defesa da produção envolve União, estados e sociedade

Durante a audiência na CRA, o gerente de Inspeção e Defesa Sanitária Animal da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia, Fabiano Alexandre dos Santos, assinalou que, no estado, a estrutura de defesa sanitária se confunde com a de combate à febre aftosa em virtude do esforço do governo para erradicar a doença. Fabiano observou que o fato de Rondônia estar se tornando um grande centro de desenvolvimento agropecuário é preocupante do ponto de vista sanitário.

– Em 2010, mais de 85% do que Rondônia exportou veio das carnes e dos grãos. Precisamos ter sustentabilidade e isso não será alcançado sem parcerias com outros órgãos e o envolvimento da população – disse.

O fiscal federal agropecuário

do Ministério da Agricultura Jamil Gomes de Souza disse que foi montado um sistema de defesa que pudesse dar respostas ao desafio de erradicar a febre aftosa em Rondônia, compartilhando responsabilidades entre os governos estadual e federal, e agregando a iniciativa privada. Jamil espera que entre 2015 e 2020 a febre aftosa esteja erradicada em toda a América do Sul.

– Consideramos que o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa é exitoso, pois 89% do rebanho brasileiro está em zona livre de febre aftosa. Falta muito pouco para que a primeira fase esteja conquistada, que é a erradicação total no Brasil. A segunda fase é a montagem de um sistema de prevenção com a participação de toda a sociedade – afirmou.

### Gurgacz defende direitos dos pioneiros em RO

Ao comentar o novo Código Florestal, o presidente da CRA, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), disse que os colonizadores daquela região são os pioneiros que promoveram a integração da Amazônia e hoje não podem ser penalizados por mudanças na legislação e novas regras que se distanciaram da realidade e desrespeitam o direito por eles adquirido.

– Vamos mostrar ao Brasil e ao mundo que é possível modernizar a nossa legislação ambiental ampliando a produtividade, mas com proteção ambiental, ou seja, produzir conservando. Estamos trabalhando para construir um consenso, onde os produtores rurais não sejam prejudicados e consigamos realizar a proteção ambiental necessária para o desenvolvimento sustentável do país – garantiu.



Eduardo Amorim é a favor da proposta, mediante substitutivo

### CDR vota incentivos para habitação em cidades pequenas

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deve apreciar, em decisão terminativa, projeto (PLS 331/06) da então senadora Roseana Sarney que concede aos municípios mais carentes incentivos para a construção de habitações populares. A proposta autoriza a União a reduzir ou dispensar a contrapartida financeira exigida das cidades que participam de programas habitacionais de interesse social.

Para se candidatar à isenção, a cidade precisará atender a algumas exigências, entre elas ter população inferior a 25 mil habitantes. Também deverá ser localizada nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, nas mesorregiões da metade do Sul ou Noroeste, ou em outra área territorial legalmente equipada a qualquer dessas regiões para efeitos da concessão de incentivos de desenvolvimento regional.

Pela proposta, o município deverá apresentar indicadores de desenvolvimento econômico ou social inferiores à média nacional, identificados por lei ou pelo ato normativo que instituir cada programa. O relator do projeto, Eduardo Amorim (PSC-SE), apresentou substitutivo.

### Nova classificação de municípios será analisada amanhã

Projeto do então senador Gilberto Goellner que estabelece novos critérios de classificação do espaço urbano e rural também deve ser analisado em decisão terminativa pela CDR, amanhã, às 14h.

A proposta (PLS 316/09) altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) para classificar os municípios por tamanho da população, densidade demográfica e composição do produto interno bruto (PIB) municipal. Pelo projeto, caberá ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classificar os municípios de acordo com os novos critérios.

Segundo Gilberto Goellner, o objetivo do projeto é, com a definição de critérios mais racionais, contribuir para a elaboração de políticas públicas mais eficientes.

Para a relatora, Ana Amélia (PP-RS), a legislação que define esses critérios é de 1938 e “não é mais capaz de abranger as necessidades de compreensão e análise da ocupação territorial no país”.

## Projeto aumenta percentagem de doutores nas universidades



João Vicente Claudino é relator da proposta, que está na pauta da CE

Projeto que aumenta a percentagem mínima de mestres e doutores e de professores em tempo integral nas universidades deve ser analisado amanhã, às 11h, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O PLS 706/07, do então senador Arthur Virgílio, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Pela proposta, pelo menos um quarto do corpo docente deve ter titulação acadêmica de doutorado, metade

dos professores deve ser composta de mestres ou doutores e dois quintos devem trabalhar em tempo integral.

O relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), ressaltou que, como a legislação atual diz apenas que pelo menos um terço dos professores deve ter titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, “basta a contratação de um único doutor para que se considere atendida a exigência legal, desde que o

terço de titulação especial seja completado com mestres”. O projeto será votado pela CE em decisão terminativa e, se aprovado, seguirá para a Câmara.

Estão também na pauta proposições sobre a permanência obrigatória dos alunos na escola, mesmo no caso de falta dos professores (PLS 43/10), e sobre a concessão de seguro-desemprego a músicos e a artistas e técnicos em espetáculos de diversões (PLS 211/10).